

GESTÃO DEMOCRÁTICA: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E CONSELHO ESCOLAR COMO MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

Maria Aparecida da Silva¹
Leyriane Aparecida Nascimento Petronilho Cruz²
Aglaunice Fátima da Silva³
Gislaine do Nascimento Menacho⁴
Fabrícia Aparecida Pinheiro Silva⁵

RESUMO: Vivemos em uma sociedade que se diz democrática em todas as suas esferas e dimensões; portanto nas instituições de ensino, também não é diferente. Os gestores e coordenadores pregam um trabalho respaldado na democracia, visando à participação de todos: professores, funcionários, pais e alunos nas tomadas de decisão, mas será que basta a gestão escolar se declarar democrática e abrir suas portas à comunidade que essa participação acontecerá? Quais mecanismos podem ser utilizados para promover essa participação? A escola precisa conhecer a comunidade na qual ela está inserida, já que os objetivos e finalidades para o processo de formação dos seus alunos, devem partir da realidade vivida dentro da comunidade da qual fazem parte. É importante e necessário um maior envolvimento entre ambas, de modo que possam ouvir e ser ouvidas. A construção do PPP e os conselhos escolares são mecanismos importantes para promover a articulação escola-comunidade, fortalecendo e qualificando os modos de participação popular nos processos decisivos.

Palavras chaves: Gestão democrática. Participação. Projeto político pedagógico. Conselho escolar.

1004

ABSTRACT: We live in a society that claims to be democratic in all its spheres and dimensions; therefore, in educational institutions, it is no different. Managers and coordinators preach a work backed by democracy, aiming for the participation of everyone: teachers, employees, parents, and students in decision-making, but will it be enough for the school management to declare itself democratic and open its doors to the community for this participation to happen? What mechanisms can be used to promote this participation? The school needs to know the community in which it is inserted, as the objectives and purposes for the students' educational process must stem from the reality lived within the community to which they belong. It is important and necessary a greater involvement between both, so that they can listen and be heard. The construction of the PPP and school councils are important mechanisms to promote the school-community articulation, strengthening and qualifying the forms of popular participation in decision-making processes.

Keywords: Democratic management. Participation. Pedagogical Project. School Council.

¹Pós-graduada em informática na educação. Professora na Rede de Ensino Público Municipal de Cáceres -MT.

²Pós-graduada em Educação Infantil. Professora na Rede de Ensino Público Municipal de Cáceres- MT.

³Pós-graduada em Psicologia Clínica E Institucional. Professora Na Rede de Ensino Público Municipal de Cáceres -MT.

⁴Pós-graduada em Educação de Jovens e Adultos. Professora Na Rede De Ensino Público Municipal de Cáceres-MT.

⁵Pós-graduada Em Gestão Pública com ênfase em Questão Social. Professora na Rede de Ensino Público Municipal de Cáceres – MT.

I. INTRODUÇÃO

O emprego do conceito gestão democrática, para a administração escolar é fruto da luta pela democracia. A partir dos anos 90 diante da crise educacional e por considerá-la uma questão administrativa o estado passou a atribuir centralidade na formulação de políticas públicas para a educação básica. Nessa mesma esteira o movimento social por considerar o caráter excludente da escola começou a reivindicar mais democracia na gestão escolar. E essa luta pela democratização assume entre outros aspectos a busca de maior participação da comunidade na gestão da escola.

O processo de democratização do espaço escolar na percepção de Hora (2023) exige uma reorganização do mesmo, onde a vida escolar seja respaldada pela ampla participação tanto nos aspectos administrativos como nos aspectos políticos. E para isso é preciso que se criem oportunidades concretas para a participação, para que a mesma saia dos discursos e se torne realidade.

Portanto para que a escola seja de fato democrática, é de suma importância que aconteça a participação em todos os setores, isso é um dever e um direito de todos envolvidos com a escola. A comunidade e a família devem ser chamadas nas mais variadas ocasiões: nos momentos festivos, para as tomadas de decisões, assim também para participar dos Conselhos Escolares e na elaboração do Projeto Político Pedagógico da instituição. Sendo estes dois elementos fundamentais no processo de democratização desse espaço, superando como coloca Azevedo (2021) as velhas práticas de convidar as famílias somente para as atividades festivas ou para informar o baixo rendimento ou mau comportamento dos filhos na escola.

A participação nas duas instancias citadas a cima, é fundamental para a construção de uma educação de qualidade, pois possibilita a exposição dos anseios e objetivos da escola e da comunidade. Além disso, essa participação proporciona um maior envolvimento diminuindo o distanciamento entre ambas. A proximidade entre elas, é uma maneira de se auto conhecerem, algo fundamental no processo de articulação escola-comunidade.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa teve como objetivo conhecer alguns mecanismos importantes para promover a articulação escola-comunidade: Conselho escolar e Construção do PPP. Para isso, foi realizada uma abordagem teórica dos assuntos considerados relevantes para discutir as

temáticas propostas, como por exemplo, as formulações dos conceitos de administração à gestão democrática, a luta pela democracia e democratização do espaço escolar, a participação como elemento chave na democracia, a participação dos pais e da comunidade na escola. destacando PPP e o Conselho Escolar como mecanismos importantes para efetivar verdadeiramente a democracia

A pesquisa realizada tem cunho exclusivamente teórico e bibliográfica. Para Gil (2023), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir dos estudos dos materiais já elaborados e disponibilizados em artigos científicos e livros. Dessa forma, Fonseca (2022, p. 32 *apud* GERHARDT e SILVEIRA p. 37), reafirma que a pesquisa bibliográfica é um levantamento realizado a partir referências teóricas já investigada, disponibilizadas em meios eletrônicos (livros, artigos científicos, páginas de web sites). Assim, o método de pesquisa possibilita ao pesquisador conhecer os estudos sobre o tema abordado.

Estes escritos foram elaborados através de pesquisas bibliográfica, em sites, dentre eles o Google Acadêmico. Em um primeiro momento foram selecionados periódicos e artigos científicos relacionado ao tema do trabalho. Após a leitura e estudo do material escolhido, foi feita a fundamentação teórica, e as análises realizadas com base nos estudos das fontes bibliográficas selecionadas.

3. As lutas pela democracia e democratização da escola

1006

Segundo Adrião (2021) na época da elaboração da atual Constituição Federal, houve muitas ações no campo trabalhista, político e social visando maior participação e democratização das esferas sociais brasileiras. Com isso o autoritarismo presente no funcionamento do estado brasileiro passou a ser questionado durante o regime militar (1964-1985) através da luta pelo aumento de maior permeabilidade ao controle público e às demandas sociais.

Nesse contexto, perspectivas voltadas para a participação visando alcançar a democracia tornaram-se principais plataformas dos partidos de oposição ao Regime Militar, que se elegeram a partir de 1982. Em meio a esse contexto muitos governos de oposição começaram a elaborar e implantar medidas para atender os anseios democráticos. Essas medidas se concretizaram na criação de instancias como os Conselhos de Saúde, o Conselho da Condição Feminina e a manutenção dos Conselhos de Educação.

No que se refere ao processo de democratização da escola, de acordo com Oliveira (2021) a partir dos anos 90, diante da crise educacional e por considerá-la uma questão administrativa,

o estado passou a atribuir centralidade na formulação de políticas públicas para a educação básica. Nessa mesma esteira o movimento social por considerar o caráter excludente da escola começou a reivindicar mais democracia na gestão escolar. E essa luta pela democratização assume entre outros aspectos a busca de maior participação da comunidade na gestão da escola.

Segundo Hora (2023) a democratização da escola tem sido analisada sob três aspectos: democratização como ampliação do acesso à instituição educacional; democratização dos processos pedagógicos e democratização dos processos administrativos. De acordo com ela os órgãos oficiais compreendem a democratização do ensino como ampliação e facilidade de acesso à escola pelas camadas mais pobres da população, aumentando o número de vagas e investindo na construção de salas de aula e escolas, no entanto não oferecem condições básicas para a efetivação desse processo democrático como, por exemplo, salário digno e condições de trabalho para um melhor desenvolvimento do processo de ensino/aprendizagem.

Em relação à democratização dos processos pedagógicos a autora ressalta que os educadores encaram como a ampliação de oportunidades educacionais, visando à permanência do educando no sistema escolar. Enquanto que a democratização dos processos administrativos é compreendido como a implantação de mecanismos como as assembleias e a eliminação das vias burocráticas.

1007

O processo de democratização do espaço escolar exige uma reorganização do mesmo, onde a vida escolar seja respaldada pela ampla participação tanto nos aspectos administrativos como nos aspectos políticos. E para isso é preciso que se criem oportunidades concretas para a participação, para que a mesma saia dos discursos e se torne realidade.

Em relação ao segundo elemento Azevedo (2021) ressalta que a aprendizagem para a participação e propositivo para a cidadania deve passar necessariamente pela vivência democrática, pois, só se aprende democracia sendo democrático e seguindo esta linha de compreensão Martelli (2023), vem complementar enfatizando que a participação não é palavra mágica, que basta ser pensada e proposta em textos legais para se tornar realidade. Há que ser trabalhada dentro dos muros escolares para depois ser levada para a comunidade.

O entendimento da maioria daqueles que se dedicam ao esforço de democratização da gestão escolar é o de pressupor uma natural tendência a participação de pais e alunos, que se conscientizarão desde que lhes seja oferecido, mediante mecanismos organizacionais espaço nas escolas. Porém não basta à escola se autodeclarar democrática e abrir suas portas para a

comunidade, é preciso criar oportunidades/mecanismos para a participação e acima de tudo investir em uma educação para a participação responsável e ativa.

É inegável o fato de que há muitas compreensões em relação ao processo de democratização. Há aqueles que defendem a criação de mecanismos como meios para promover a participação e outros que acreditam fielmente na educação escolar voltada para a vivência democrática ativa, como o meio mais importante nesse processo. Frente a essas compreensões, os mecanismos de participação devem fazer parte da educação escolar, como formas de se exercer a democracia de forma prática, consciente e ativa.

3.1 A participação como elemento chave na democracia

Comumente se aprende que democracia é uma forma de governo envolvendo a totalidade de governados e a igualdade de oportunidades, onde todos podem participar das decisões, seja através de eleição de representantes para cargos federais, estaduais e municipais, seja para conselhos e colegiados que determinam as políticas locais.

No entanto, Hora (2023) ressalta, que a democracia é mais que uma forma de governo, pois o seu exercício exige uma série de condições que devem ser adotadas, com o propósito de concretizar o princípio fundamental da participação dos cidadãos.

Nota-se que a participação é um dos elementos necessário para a democratização. Ela além de ser um direito é um dever de todos aqueles que integram uma sociedade democrática, portanto, participação e democracia são conceitos estreitamente associados, pois, não havendo participação, entende-se também que não há democracia.

A participação, considerada um elemento chave no processo de democratização necessita de certas condições básicas, para se concretizar. Portanto ela não é um princípio fácil de se cumprir, porém é essencial para a democratização de todas as relações sociais.

Em relação a organização de instituições sociais para promover o modo de vida democrático, pode-se destacar as instituições escolares, pois para alguns estudiosos a escola pretende ser um espaço onde todos possam aprender o que de fato é a democracia, vivendo seus valores permanentemente construídos por conquistas diárias na vida da coletividade. Porém isso requer um trabalho educativo que possibilite a formação de personalidades democráticas que sejam capazes de atuar como autênticos cidadãos livres e responsáveis. Sendo este o papel primordial da escola, já que esta, de acordo com a nossa legislação tem como função a formação de cidadãos para participar de forma consciente da sociedade em que vivem.

Como vem sendo destacado, democracia e participação são conceitos estreitamente relacionados, já que a participação é um princípio básico para a democratização. Nessa perspectiva a gestão democrática exige novas formas de organização que possibilitem a participação de todos no processo de conhecimento e de tomadas de decisão. Destacando a promoção da participação na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares.

3.2 Projeto Político Pedagógico como instrumento de participação

Em relação ao Projeto Político pedagógico, entendido como um dos elementos de democratização, pois segundo Oliveira (2021) destacam-se no processo de democratização do espaço escolar, entre outras, a criação e implantação de Projeto Político Pedagógico. Projeto este que Veiga (2022) faz a seguinte definição: o termo projeto vem do latim *projectu*, participio passado do verbo *projicere*, que significa lançar para adiante. Portanto na construção do projeto são planejados aquilo que se tem intenção de fazer, de realizar lançando para diante. Veiga ressalta ainda, que é antever um futuro diferente do presente. Portanto, segundo Gadotti, (apud VEIGA, 2022) todo o projeto deve propor rupturas com o presente e promessas para o futuro.

Mas afinal porque Projeto Político Pedagógico? É político pela sua articulação com o compromisso sociopolítico, com os interesses reais e coletivos da população e pelo compromisso com a formação do cidadão. E é pedagógico na possibilidade de efetivação da intencionalidade da escola que é a na perspectiva de Veiga (2022) a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo.

1009

Por isso, o Projeto Político Pedagógico de nossas escolas devem ultrapassar o simples agrupamento de ensino e de atividades. E vale ressaltar ainda, que ele não é um documento construído para ser arquivado, mas, sim vivenciado todos os dias e por todos os envolvidos no processo educativo da escola.

Ao organizar e administrar a vida escolar coletivamente realiza-se a consubstanciação do Projeto Político Pedagógico, entendido também como um instrumento de organização de toda a escola, digo de toda a escola, porque este, de acordo com Veiga (2004) busca organizar a instituição escolar em todas as suas dimensões, incluindo sua relação com o contexto social e sempre procurando preservar a visão de totalidade.

Dentre os elementos norteadores do Projeto Político Pedagógico, está o princípio da gestão democrática, consagrado pela constituição vigente, abrangendo as dimensões

pedagógica, administrativa, e financeira. Para se estabelecer, ele exige uma ruptura da prática administrativa histórica da escola, enfrentando conforme Veiga (2022) as questões de exclusão e reprovação e da não permanência do aluno na sala de aula, questões essas, que vem marginalizando as classes populares. Diante disso faz-se necessário a construção de um Projeto Político Pedagógico coletivo que esteja ligado a educação dessas classes.

A compreensão e a análise da organização de toda a escola são fundamentais, para propor uma nova forma de organização, que seja capaz de reduzir os efeitos da divisão do trabalho, de sua fragmentação e do controle hierárquico. Diante disso a construção do Projeto Político Pedagógico torna-se um elemento chave para contrapor-se a tudo isso.

Para construir o Projeto, visando essa nova forma de organização do trabalho pedagógico é necessário, que as escolas tenham conhecimento de sua história, a importância de sua contribuição e que façam autocríticas. E para que ele seja de qualidade, deve apresentar as seguintes características, apontadas por Veiga (2022, p.37)

Ser um processo participativo de decisões; preocupar-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e contradições; explicitar princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade entre seus agentes educativos e no estímulo à participação de todos no projeto comum e coletivo; conter opções explícitas na direção da superação de problemas no decorrer do trabalho educativo voltado para uma realidade específica e explicitar o compromisso com a formação do cidadão.

Diante o exposto referente à construção do Projeto Político Pedagógico, visando contemplar o princípio da gestão democrática, é preciso compreender que a participação de todos os envolvidos no processo educativo da escola, nas tomadas de decisão é um elemento chave nesse processo, mas, na visão de Bussmam (apud VEIGA, 2022) isso exige da equipe diretiva, liderança e vontade firme para coordenar o processo decisório como tal e seus desdobramentos. Conclui-se então, que em todos os sentidos ele é um instrumento que possibilita a participação e consequentemente colabora com o processo de democratização do espaço escolar, desde é claro, que se criem oportunidades para isso.

3.3. Conselhos Escolares como elemento de participação

Segundo Oliveira (2021) tem-se buscado novas formas de organizar o trabalho escolar visando sua democratização. E nessas novas formas de organização busca-se a valorização da participação ativa de todos os membros da comunidade escolar através da construção e efetivação do projeto político pedagógico e da consolidação de conselhos escolares.

De acordo com Hora (2023) a partir de 1980 com a transição democrática houve uma mobilização social visando mudanças nas relações de poder em todas as esferas sociais, inclusive na educação. Dentre essas mudanças estava a socialização das decisões caracterizadas pela pluralidade de ideias na perspectiva cultural e política. Nesse contexto o conselho escolar torna-se um elemento importante, pois a discussão nas comunidades escolares possibilita a corresponsabilidade de todos no processo educativo e servindo, de acordo com Adrião (2023 p.5), “como um dos meios de democratização das relações de poder no interior da escola”.

Conforme Martelli (2023) em decorrência da estreiteza de propósitos das APMs (associação de pais e mestres) os militantes do magistério, passaram a sonhar com um órgão mais abrangente e sem vínculos com problemas de manutenção de prédios, arrecadação de fundos e promoção de alunos. Esse sonho almejado concretizou-se com a criação do Conselho Escola, tendo existência legal com a Lei Complementar nº201/78. Ele surgiu como um órgão assessor, com o propósito de melhorar o processo de decisão.

Visando contribuir com a democratização da escola, muitos programas foram implantados, como por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento de Conselhos Escolares. Este programa segundo Ferreira (2023) objetivava contribuir com a discussão sobre a importância de conselhos escolares e o fortalecimento dos conselhos já existentes. Ele foi criado pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, mediante a Portaria Ministerial nº 2.826/2004. De acordo com essa mesma Portaria o objetivo era ampliar a participação das comunidades escolar e local na gestão das escolas públicas.

O Programa estruturou-se a partir de processos de formação continuada de todos os seguimentos da escola, através de seminários municipais, estaduais e internacional de gestão e curso de formação pela modalidade de educação à distância. E dentre os eixos temáticos discutidos no Programa estava os conselhos escolares como estratégias de gestão democrática da educação pública.

Segundo Mazagão (apud MARTELLI, 2023, p.230) o autor do Projeto de Lei que transformou o conselho escola em órgão deliberativo apontava-o também, como estratégia de democratização do estado. Já na percepção de Martelli (2023) o Conselho Escolar é um dos meios mais eficientes para promover a participação da comunidade escolar e não-escolar, porém devido a forma preconizada para composição, o tempo de permanência dos participantes como membros do conselho, a pouca disponibilidade dos professores e a falta de preparação para a participação de pais e alunos são fatores que interferem no êxito desse órgão.

No sistema de ensino a participação e a democratização devem ser uma das formas mais práticas de formação para a cidadania. E a educação voltada para a cidadania acontece na participação de tomadas de decisão. Assim sendo a criação dos conselhos de escola torna-se parte desse processo. Mas não basta apenas a sua instituição, para que sejam eficazes deve-se levar em conta um conjunto de medidas políticas que visem á participação e a democratização das decisões.

Para que os conselhos de escola tornem-se eficazes a participação popular, dentro e fora da escola deve-se constituir numa estratégia explícita da administração. E que sejam oferecidas todas as condições para a participação como horários adequados, locais confortáveis e facilidades de acesso por exemplo, para que a população sinta prazer em exercer seus direitos.

Contudo, mesmo sendo oferecidas todas as condições possíveis, Gadotti (2011) ainda alerta, de que isso nada adianta se a população apenas for chamada para legitimar decisões já feitas em gabinete. A participação precisa dar resultados concretos, pois muitas vezes ela torna instrumento de manipulação em reuniões ou assembleias em que nada se resolve e onde a única decisão se define em marcar uma próxima reunião.

O conselho escolar com a participação de pais alunos, membros da comunidade configura-se no órgão mais importante de uma escola autônoma. Ele deve deliberar sobre a organização da escola, seu funcionamento e também sobre a escolha da direção.

1012

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma escola na perspectiva democrática, a participação não pode ser entendida de maneira superficial, mas sim, incorporando, o envolvimento das pessoas no que se refere as opções, sugestões e decisões.

A participação dos pais e da comunidade, deve ser compreendida como parceiras que desempenham um papel fundamental no processo de socialização e formação dos atores sociais. Nessa perspectiva o diálogo é fundamental, pois permite a expressão de críticas e sugestões que colaboram para as tomadas de decisões e definições dos rumos da escola. E visando o desenvolvimento de uma cultura de participação, torna-se necessária a criação de condições para que cada vez mais os pais possam opinar no funcionamento e na vida da escola, sendo estes os responsáveis e maiores interessados na educação de seus filhos, tem mais que o direito de manifestarem seus anseios e desejos em relação a vida escolar.

É indiscutível a importância da participação quando a questão é a democratização das relações no interior das instituições de ensino, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que estabelece entre outros, o princípio da gestão democrática. Para atender este princípio muitos mecanismos tem sido fortalecidos, visando a participação de todos que direto ou indiretamente estão envolvidos com a vida escolar, como a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico, que é muito mais que uma simples forma de promover a participação, mas a oportunidade de delinear os rumos da escola, buscando no decidir coletivo aquilo que é melhor ou o mais adequado, para aqueles que dão sentido à existência da escola: os alunos. E o conselho escolar que aproxima, ou pelo menos deveria aproximar a comunidade da escola, para que ambas possam ouvir e ser ouvidas, tornando possível um melhor diálogo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIÃO, Wanderley luiz de oliveira. CAMARGO. R. A. Gestão democrática da educação: conceitos e políticas. 3.ed. Petropolis, RJ: VOZES, 2022

AZEVEDO, Almerinda Moreira. Família e escola: uma relação possível. 15. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

PONTES, Nero Aldo, Azevedo. Desafios da organização e gestão escolar. 4.ed. Curitiba: Appris, 2023.

DIAS, José Augusto. Gestão Democrática na Escola: fundamentos, práticas e desafios. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2023.

FEREIRA, Naura Círia Carapeto. Gestão democrática da educação: fundamentos e práticas. 7. Ed São Paulo: Cortez 2023.

FONSECA, José. Metodologia da investigação científica. 3. Ed. São Paulo: Atlas 2022.

GADOTI, Moacir. Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2011.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 8 ed. São Paulo: Atlas 2023.

HORA, Dinair Leal da. A administração escolar e gestão democrática, 2.ed. Curitiba: Appris 2023.

HORA, Dinair Leal da. Os sistemas educacionais municipais e a prática da gestão democrática: novas possibilidades de concretização. In Hora (org) São Paulo: Coetex 2024.

LIBÂNEO, José Carlos. Políticas, estrutura e organização da educação brasileira 7ed. São Paulo: Cortez, 2023.

MARTELLI, Anita Fávoro. Participação da Comunidade na escola: fundamentos e práticas. 3.3d. São Paulo: Cortez 2023.

OLIVEIRA, D. A. Políticas educacionais e a reconfiguração do trabalho decente. 10. Ed. Belo Horizonte: Autêntica 2021.

VEIGA, I. P. A. Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção possível. 31. Ed. Campinas, SP: Papirus 2022.